

A crise da razão objetiva, o predomínio da razão subjetiva e o campo da Educação Física

RESUMO

O presente estudo trata da crise da razão objetiva, da formalização da razão subjetiva, passando pela crise da razão no ocidente e chegando à crise da racionalidade na Educação Física. Trabalhamos com a ideia de que a razão subjetiva se desenvolveu mediante progressos técnicos e científicos, e a razão objetiva mergulhou em uma narrativa que julga as ações dos sujeitos a partir das circunstâncias. A cada dia há alienação exacerbada e torna os seres humanos marionetes no sistema capitalista de produção de mercadoria. Nesse sentido, a Educação Física é apresentada como uma razão objetivista com fundamentos de uma razão subjetiva “sem”, contudo, avançar para uma única matriz de referência epistemológica, mas que nem por isso devemos deixar de repensá-la por outros modos. Defendemos a cultura corporal como objeto de estudo do campo e a necessidade da manutenção das subáreas da biodinâmica, sociocultural e pedagógica para o desenvolvimento do campo, apesar das lutas e disputas em jogo nesse campo.

PALAVRAS-CHAVE: Razão objetiva; Razão subjetiva; Educação física; Campo científico; Epistemologia

Luciano Campos de Amaral

Mestre
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança; Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Goiânia, GO, Brasil
lucianocamposdeamaral@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9400-4915>

Rosaura Vargas Virgens

Mestra
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Secretaria de Estado da Educação, Goiânia, GO, Brasil
rosaura.virgens@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-9129-3828>

Augusto Cezar Rodrigues Rocha

Mestre
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança, Goiânia, GO, Brasil
augusto_cez@hotmai.com
<https://orcid.org/0000-0003-3583-5676>

Ricardo Lira de Rezende Neves

Doutor
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança, Goiânia, GO, Brasil
ricardo_neves@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0001-5357-8111>

The crisis of objective reason, the predominance of subjective reason and the field of Physical Education

ABSTRACT

The present study deals with the crisis of objective reason, the formalization of subjective reason, going through the crisis of reason in the West and arriving at the crisis of rationality in Physical Education. We developed the idea that subjective reason was developed through technical and scientific progress, and objective reason was immersed in a narrative that judges the actions of subjects based on circumstances. Every day there is exacerbated alienation and makes human beings puppets within the capitalist system of commodity production. In this sense, Physical Education is presented as an objectivist reason based on a subjective reason “without”, however, moving towards a single epistemological reference matrix, but that does not mean that we must rethink it in other ways. We defend body culture as an object of study in the field and the need to maintain the subareas of biodynamics, sociocultural and pedagogical for the development of the field, despite the struggles and disputes at stake in the field.

KEYWORDS: Objective reason; Subjective reason; Physical education; Scientific field; Epistemology

La crisis de la razón objetiva, el predominio de la razón subjetiva y el campo de la Educación Física

RESUMEN

El presente estudio aborda la crisis de la razón objetiva, la formalización de la razón subjetiva, pasando por la crisis de la razón en Occidente y llegando a la crisis de la racionalidad en la Educación Física. Desarrollamos la idea de que la razón subjetiva se desarrolló a través del progreso técnico y científico, y la razón objetiva estaba inmersa en una narrativa que juzga las acciones de los sujetos en función de las circunstancias. Cada día se exagera la alienación y se convierte a los seres humanos en marionetas dentro del sistema capitalista de producción de mercancías. En este sentido, la Educación Física se presenta como una razón objetivista basada en una razón subjetiva “sin”, sin embargo, avanzar hacia una única matriz epistemológica de referencia, pero eso no significa que debemos repensarla de otras maneras. Defendemos la cultura corporal como objeto de estudio en el campo y la necesidad de mantener las subáreas de biodinámica, sociocultural y pedagógica para el desarrollo del campo, a pesar de las luchas y disputas en juego en el campo.

PALABRAS-CLAVE: Razón objetiva; Razón subjetiva; Educación física; Campo científico; Epistemología

INTRODUÇÃO

Neste artigo discorreremos sobre as duas possibilidades de compreendermos a realidade. Apoiados em autores como Horkheimer, Adorno, Weber, Marx, entre outros, refletimos sobre a razão objetiva e a razão subjetiva e, ao mesmo tempo, apresentamos aspectos de como a razão subjetiva está imbricada na Educação Física (EF) dialogando com produções da literatura de diferentes autores desse campo.

Objetivamos apontar que esses dois tipos de olhar para a realidade são importantes para compreendermos o atual cenário em que se encontra a Educação Física, considerando aspectos da sua epistemologia. Refletimos sobre os costumes, as tradições e contextos, circunstâncias, aspectos próprios da razão objetiva que influenciaram o campo da EF por sentimentos, paixões e emoções. Horkheimer (2002) indicou que a razão objetiva estava ligada aos objetivos supremos da vida – justiça, igualdade, felicidade, amor, amizade. Já a razão subjetiva se estrutura a partir da historicidade, da moral e da cultura, por isso é uma capacidade inerente ao sujeito. Representa o pragmatismo da existência, a busca pelos meios mais adequados, considerando os fins propostos. É denominada também por razão formal e instrumental. O artigo retrata as contradições do campo e a ausência de uniformidade de pensamento em relação à Educação Física e seu objeto. O que é Educação Física para um indivíduo, um intelectual, um professor pode não ser para um outro.

A razão objetiva e sua irracionalidade

No estado de São Paulo, existe a Lei nº 17.136, de 30 de julho de 2019, que institui e inclui no calendário oficial o “Dia de Oração pelas Autoridades da Nação”, a ser celebrado toda terceira segunda-feira de cada mês, tendo sido uma proposição apresentada pelos deputados Chico Sardelli e Reinaldo Alguz, ambos do Partido Verde. Segundo o governador João Dória, essa lei “pede” que o povo passe à prática da oração e da intercessão pelas autoridades políticas, ou seja, que o povo passe a orar e não criticar as autoridades. Nesse sentido, essa lei obriga os cidadãos do estado a fazer uma oração para os seus governantes. Entretanto, segundo o pensamento de Horkheimer (2002), a instituição desse tipo de lei é uma atitude irracional, pois, cientificamente, um projeto com essa proposição não teria valor objetivo. O Estado não deve legislar como se fosse um ente pessoal.

A razão objetiva¹ tem a ver com o costume, com a tradição e com as circunstâncias, podendo levar os sujeitos mais facilmente a chegarem à irracionalidade. Desse modo, a razão objetiva carrega consigo os sentimentos, as paixões e as emoções. Com isso, ela se torna bastante perigosa para a sociedade, pois pode levar os indivíduos a lutarem até a morte por algo que não é racional, mas, sim, irracional, conforme apresenta Horkheimer (2002). Sendo assim, podemos perceber que a razão objetiva é um comportamento que exige uma atitude prática e/ou teórica, requer um comportamento específico e pode designar o próprio esforço e a capacidade de refletir sobre tal ordem objetiva. “Todo mundo conhece situações que pela própria natureza, e inteiramente a parte de qualquer interesse do sujeito, exige uma linha definida de ação” (Horkheimer, 2002, p. 17). Nesse aspecto, o autor indica que, ao mesmo tempo em que o indivíduo faz uma ação, ele reflete sobre ela. Horkheimer (2002) mostra a subsunção da razão objetiva pela formalização da razão subjetiva na contemporaneidade. Isso porque “a crítica às crenças sociais em nome da razão objetiva é muito mais poderosa – embora às vezes menos direta e agressiva – do que a crítica realizada em nome da razão subjetiva” (Horkheimer, 2002, p. 18). Avaliando o projeto exposto acima, que trata do dia da oração, inevitavelmente, cada governo deveria apresentar propostas

¹ Para Chauí (1995), a razão objetiva é o nome que damos às emoções, aos sentimentos ou às paixões, que são causas de muito do que fazemos, dizemos, queremos e pensamos.

coerentes, racionais, seculares e não as que favorecem grupos ou classes sociais distintas, privilegiadas no decorrer dos tempos.

O que está em questão é o confronto entre a razão objetiva e a razão subjetiva. Horkheimer (2002) evidencia que existia claramente uma aspiração maior dos intelectuais metafísicos que se relacionavam com as doutrinas de Deus, a Criação e os significados da vida, do que as teorias dos empiristas. Em síntese, a ciência ainda era muito marginal nesse período. Contudo, o autor, nesse debate, aponta que a unidade fundamental de todas as crenças humanas, enraizadas numa ontologia cristã comum, foi gradativamente dissipada e a razão subjetiva, a atividade social e individual, pôde se ligar ao conceito da verdade objetiva e da ideologia burguesa de Montaigne, que se tornou vitoriosa em todas as atividades culturais. Assim, a razão subjetiva começou a suplantar a religião cuja intenção não era abolir a verdade objetiva, mas apenas tentar dotá-la de novo fundamento. Horkheimer (2002), nesse diálogo, vai mostrando como isso foi sendo construído desde a Idade Média, com a crença em uma razão objetiva que vislumbrava uma ideia de Deus para explicar tudo, para uma ciência que agora se apresenta como a verdade suprema. “Assim como a igreja defendia a capacidade, o direito e o dever de ensinar [...] a filosofia defendia a capacidade, o direito e o dever da mente descobrir a natureza das coisas [...]” (Horkheimer, 2002, p. 22).

Horkheimer (2002) nos diz que, com o Calvinismo e a doutrina de Deus, houve a separação entre a razão objetiva e a razão subjetiva, mas a reconciliação de que cada um vive a sua própria vida dentro dos muros do seu comportamento cultural, em que cada um deveria tolerar o outro numa espécie de neutralização, reduziu a religião ao status de um bem cultural entre vários outros. Embora a religião permanecesse respeitada na aparência, a sua neutralização abriu caminho para a sua eliminação em prol de uma verdade subjetiva. Continuando com as ideias de Horkheimer (2002), é possível ver que a crença no superior, na metafísica, na superstição e na mitologia foi destruída pelos filósofos do Iluminismo² que desconstruíram a ideia de um Deus que dirige a vida dos sujeitos. Todas essas ideias foram eliminadas com eficiência por Hume, o pai do positivismo moderno. A morte da razão especulativa, da metafísica, revelou-se de forma catastrófica para a própria religião.

Torna-se notório que a divisão social do trabalho fortaleceu ainda mais o triunfo da razão subjetiva. As implicações racionalistas possibilitaram as revoluções americanas e francesas, o conceito de nação se expandiu substituindo a religião, a razão subjetiva tornou-se autoridade e não mais revelação. Nesse aspecto, temos a criação dos Estados, do liberalismo, da indústria e do desenvolvimento da ciência e, como consequência, a defesa de princípios fundamentais de justiça, igualdade, felicidade, democracia e propriedade, proclamada mediante a razão subjetiva. Para Horkheimer (2002), a ciência desloca-se do costume, da tradição, da mitologia para ser explicada pela razão subjetiva. Há uma ideia de padronização na economia, na política, na mercantilização e na industrialização que foi propiciada pela razão subjetiva. O particular tomou o lugar do universal. Os seres humanos dominaram a natureza, porém, “Ele fala da ‘tendência para o oleiro tornar-se escravo do seu barro... No mundo da ação, sabemos como é desastroso tratar animais ou seres humanos como se eles fossem paus e pedras’” (Horkheimer, 2002, p. 26). Para Horkheimer (2002), a racionalidade subjetiva fez com que os seres humanos perdessem a noção de que o outro é humano enquanto elemento que constitui a sua própria consciência.

Vejamos então como Sérgio Buarque de Holanda (2014) analisa essa questão. No seu livro *Raízes do Brasil*, quando se refere à vida política no Brasil, ele afirma que, desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil até o período republicano, a forma de governar no Brasil sempre foi um mal-entendido. Aqui, uma aristocracia rural importou-a e tratou de implantá-la segundo os seus privilégios e direitos.

² As afirmações da razão deveriam superar os dogmas da tradição, oferecendo uma sensação de certeza em lugar do caráter arbitrário do hábito e do costume. Mas a modernidade tem solapado a certeza e colocado novamente a dúvida e isso tem sido um problema existencialmente perturbador para a maioria dos indivíduos comuns (Giddens, 2002).

Nesse sentido, o Estado precisa ser imparcial na condução das vidas dos sujeitos em vez de aceitar de modo passivo a autoridade da razão objetiva. “A filosofia se vangloriava de ser o instrumento de explicação e revelação do conteúdo da razão como reflexo da verdadeira natureza das coisas e do correto modelo de vida” (Horkheimer, 2002, p. 20). Contudo, Horkheimer (2002, p. 20) comenta, que, “uma vez que seja bastante profunda a nossa compreensão da realidade”, a razão objetiva se esvaia.

Mojzeszowicz (2004) apresenta um exemplo de como a razão objetiva tem sido suplantada pela razão subjetiva. Avaliando o projeto da construção das linhas férreas nos EUA, o qual foi projetado por ingleses, não levando em conta a historicidade, a moral e a cultura do povo americano, não se pensou na realidade daquele povo, mas somente em uma técnica aplicada que mensurasse e desenvolvesse a base material daquela sociedade. Desse modo, hoje, nossos modelos, não só de carros, como muitos outros objetos, são cópias adaptadas para uma realidade a qual vivemos, pois, como explica Adorno, “[...] a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 113).

A razão subjetiva e sua instrumentalização

A razão subjetiva³, diferentemente, exige um adequado posicionamento dos indivíduos na realidade a qual estão inseridos. Horkheimer (2002) apresenta um clássico exemplo disso, vejamos: “Hoje quando se é intimado a comparecer diante de um tribunal de trânsito, e o juiz indaga se a maneira de o acusado dirigir era racional, o que ele quer dizer é: Fez tudo o que estava ao seu alcance [...] para obedecer a lei?” (Horkheimer, 2002, p. 15). A ideia posta por ele é se o acusado teria feito tudo dentro dos padrões que a lei exige para proteger a vida e a propriedade dos sujeitos e para obedecer às leis. Se fez tudo quanto podia dentro da razão subjetiva e não da emoção. Se puxou o freio de mão antes de sair do carro, se respeitou a faixa de pedestre, se atentou em parar quando o sinal estivesse vermelho, se estava dirigindo com os faróis ligados, se conduzia o carro dentro da velocidade permitida para aquela via. Desse modo, quando o indivíduo não obedece às leis, ele pode ser condenado. Por outro lado, quando o sujeito obedece às leis e mantém a ordem, a justiça o vê como um ponto positivo de uma ação racional com um fim desejável.

Essas reflexões coadunam com os pensamentos de Weber (1979). Para ele, o Estado deveria funcionar por leis, normas administrativas que tendam a assumir regularidades e ser permanentes e acessíveis a todos. Assim, a razão subjetiva vai sendo explicitada e estabelecida por pactos sociais, fazendo com que as pessoas obedeçam, pois está escrito na lei.

Horkheimer (2002) expõe que a razão subjetiva independe de quem ela vê ou atinge citando que: “Sócrates morreu porque submeteu as ideias mais sagradas e correntes da sua comunidade e do seu país à crítica do *daimonion*, ou pensamento dialético, como Platão chamou” (Horkheimer, 2002, p. 16). Sócrates lutava contra a razão subjetiva e formalista colocada pelos sofistas. Compartilhava da razão objetiva compreendida como razão universal que deveria regular a vida dos seres humanos e suas ações e não a razão subjetiva. Horkheimer (2002) nos revela que o olho que tudo vê hoje são a justiça, as leis e a razão subjetiva. O sujeito sai de uma orientação objetiva, mitológica, para uma orientação subjetiva e formalista.

Horkheimer (2002) reflete que nossas leis não deveriam ser baseadas na mitologia ou na religião, mas no pensamento filosófico metódico, na razão subjetiva. Contudo, muitas de nossas leis

³ Para Chauí (1995, p. 59), a razão subjetiva é a razão aplicada. “É a afirmação de que o **sujeito do conhecimento e da ação** é racional” (grifo do autor). Aqui prevalece a consciência intelectual e moral que é diferente das paixões e dos sentimentos e que ela é capaz de uma atividade própria não motivada e causada pelas emoções. A razão, como consciência moral, é a vontade racional livre que não deixa dominar pelos impulsos passionais, mas realiza as ações morais como atos de virtude e de dever, ditados pela inteligência ou pelo intelecto.

ainda hoje são baseadas em crenças religiosas. A religião é extremamente objetiva e nossas leis deveriam ser baseadas em fatos do cotidiano. Para o autor, a razão objetiva iria substituir a religião tradicional pelo pensamento filosófico metódico e tornaria uma fonte de tradição por si mesma. Contudo, o que temos visto é o predomínio da razão subjetiva em relação à razão objetiva. Horkheimer (2002) nos permite analisar que a crítica de forma subjetiva tem muito mais peso do que uma crítica objetiva, pois a crítica subjetiva é uma crítica fundamentada em fatos que podem ser comprovados pelo cálculo, pela estatística e pela coerência.

No campo epistemológico, que estuda o conhecimento ou as possibilidades de as pessoas o adquirirem e o avaliarem como genuíno e verdadeiro, esse conhecimento possui uma validade técnica, uma aceitação acadêmica e um peso maior para quem vai validar essa pesquisa. Desse modo, para dar credibilidade às afirmações que o pesquisador aponta sobre os resultados encontrados em sua pesquisa ou para argumentar em um debate como os neopositivistas fazem, eles vão dizer que não são eles quem estão falando, mas são as pesquisas, os autores e as obras clássicas que dizem que tal resultado encontrado é esse e não aquele. O que está em questão é a ideia do cientista abdicando da religião em favor da razão subjetiva como uma suprema autoridade intelectual, assim como fizeram autores como Montaigne, Bodin, Kant⁴, entre outros.

A perda da essência do ser e sua reificação no processo de produção

Ainda no debate sobre o avanço da razão subjetiva, Maria e Pissardo (2018) publicaram um artigo que discute fetichismo na ciência e a crise da razão. Definem que, quando a realidade tende a reduzir-se à razão objetiva e em seu lugar se estabelece a razão subjetiva e fica em risco a perda da razão objetiva, perde-se também o ser. Perde-se a essência do ser e não mais podemos ver os sujeitos, vemos apenas “coisas”, objetos e mercadorias.

De novo, como nos anos de 1930, o que precisa ser compreendido e criticado é essa progressiva incapacidade da razão de determinar para si seus fins últimos, desaparecendo a razão “objetiva”, capaz de se perguntar pela racionalidade da própria realidade, considerada como totalidade objetiva de seres vivos e coisas, indivíduos e instituições, e restando em seu lugar a razão meramente “subjetiva”, que reduz o conceito de razão à racionalidade do sujeito e à sua capacidade de adequar meios e fins (Maria; Pissardo, 2018, p.116).

Como consequência, no mundo do trabalho, percebemos a exacerbação da utilidade da mão de obra barata que deve ser útil ao capital e aos donos dos meios de produção para produzir mais e mais mercadorias⁵. O trabalhador torna-se ele mesmo uma mercadoria. Nesse aspecto, Marx (2011) lança as bases de sua teoria sobre o fetichismo⁶ da mercadoria. Busca, na origem das transformações sociais que possibilitaram o surgimento do modo de produção capitalista, aquilo que a humanidade recalcou, a memória embutida, esquecida no corpo de cada mercadoria posta em circulação no mercado. Mas o que a humanidade esqueceu? A humanidade esqueceu as organizações comunitárias, pré-capitalistas de produção e distribuição de bens que desapareceram, mas que sobrevivem no imaginário coletivo representado pela circulação de mercadorias. A

⁴ Kant, na *Crítica da Razão Pura* (1997), faz uma exposição do método, referindo-se ao sucesso da matemática e da física como ciências e mostrando que a virada metodológica seria notável para converter a metafísica numa ciência com conhecimento racional. O que está em questão é a razão subjetiva suplantando a razão objetiva. Hoje, um dos maiores problemas das ciências humanas não é que elas sejam inválidas, mas que, no mundo atual em que vivemos, esperam-se resultados.

⁵ É a forma elementar da riqueza capitalista. Ela tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas, sejam as do estômago ou as da fantasia, seja como meio de subsistência ou de produção (Marx, 2011).

⁶ Com o fetichismo da mercadoria, ela passa a ter vida própria. Nesse sentido, descoisificamos a coisa e a humanizamos e desumanizamos e coisificamos quem a produziu, é a coisa socialmente aceita (Marx, 2011).

humanidade esqueceu a pergunta mais fundamental de todas: quem fez esse objeto? Não só quem fez esse objeto, mas a situação na qual foi feito tal objeto e de como vive esse trabalhador que produziu tal objeto e assim poder compreender a sua expropriação. “Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (Marx, 2011, p. 94).

A reificação do sujeito científico contemporâneo que, sem história, sem interesse, sem concretude, volta-se ao mundo apenas como um instrumento de dominação da própria razão, tem raízes históricas muito mais profunda do que os autores acreditavam nos anos de 1930 (Horkheimer, 2015 *apud* Maria; Pissardo, 2018, p. 117).

Nesse aspecto, Maria e Pissardo (2018) refletem que o sujeito, por não ter raízes históricas profundas, sem concretude e sem interesse, torna-se uma marionete dentro do sistema capitalista para ser usado por outros indivíduos, ou seja, quando esse sujeito volta-se ao mundo, ele volta apenas como um instrumento de dominação da própria razão subjetiva. O sujeito serve de dominação para outros sujeitos. Sua vida, sua identidade e seu ser não lhe pertencem mais, e isso está baseado em fatos históricos com raízes profundas. Quando esse indivíduo vem ao mundo, ele não é visto, mas apenas usado. O que está em questão é a alienação⁷ dos sujeitos no sistema capitalista de produção de mercadorias em que esse indivíduo não se percebe como ser humano, nem mesmo como mais uma engrenagem de uma máquina no processo de produzir mais-valia.

Na era do relativismo e da pós-modernidade, a verdade e as ideias foram radicalmente funcionalizadas e a linguagem considerada como um mero instrumento para orientação das massas. A matemática e o pensamento neopositivista resultaram na mecanização da indústria, tornando marca da mentalidade dos seres humanos e da razão instrumental no fetichismo da mercadoria. A exploração do ser humano por outros seres humanos, em busca do poder e do lucro e de mais mercadoria, de abundância, refletiria a trajetória da humanidade entre a civilização e a barbárie? Japiassu (2006) discute essa questão relacionada à trajetória humana, relacionando ignorância e conhecimento.

No final do século XVIII, os êxitos da física permitem se conceber um universo **determinista** totalmente inteligível ao cálculo. Um demônio ideal, imaginário por Laplace, poderia deduzir todo estado presente ou futuro deste Universo. Doravante, o **racionalismo** dispõe de uma visão do mundo comportando a **identidade** do real, do racional e do calculável. Hegel proclama: “todo real é racional e todo racional é real”. Desta visão de mundo são eliminadas toda **desordem** e toda **subjetividade**. A razão se converte no grande mito unificador do Saber, da Ética e da Política (Japiassu, 2006, p. 30, grifo do autor).

Na citação acima, Japiassu (2006) comenta que, quando Hegel⁸ diz que todo real é racional e todo racional é real, ele elimina toda subjetividade existente. Para ele, o mundo funcionaria por princípios inteligíveis. Seria a razão subjetiva e não a subjetividade que passa a nortear a vida dos seres humanos. O saber, a ética e a política regulariam o comportamento dos sujeitos. Nesse aspecto, a razão subjetiva permitiria o cálculo e o universo passaria a ser concebido como uma determinação e totalmente previsível. Saímos da compreensão mitológica que fundamentava a vida dos seres humanos no mundo grego e medieval para o racionalismo cientificista comportando a identidade do real, do racional e do calculável.

O pensamento de Japiassu considera que, se a razão objetiva de outrora fosse necessária, hoje ela se tornou desnecessária, pois se converteu em uma razão instrumental, ditatorial, totalitária e fascista em que os seres humanos se tornaram coisas, objetos, permitindo a racionalidade e não mais as paixões. Continua a defender que, quando se perde o “**humanismo**” e “**virtude crítica**”, ganha força a “**ordem e homogeneização**” e a razão começa a se enlouquecer [...] tudo o que

⁷ É como se um véu nublasse a percepção da vida social materializada na forma dos objetos, dos produtos do trabalho e de seu valor (Marx, 2011).

⁸ Para Hegel (2002), o conhecimento é um processo evolutivo que se dá por meio de uma tese, uma antítese e uma síntese. É dessa forma que o conhecimento se constrói, nessa dialética do Em si e do Para si.

perturba deve ser considerado como criminoso, demente ou subversivo” (Japiassu, 2006, p. 32, grifo do autor).

Se retornarmos ao exemplo de projeto que ensejou este texto, apontamos que o que está em discussão são as formas de poder que os governantes têm utilizado para justificar a razão, mas que, na verdade, têm se convertido em uma desrazão, uma irracionalidade crescente e sem fim movida apenas pela razão subjetiva. O efeito dessa irracionalidade pode ser visto em muitas ações de alguns governos como, por exemplo, na privatização de órgãos públicos, no não financiamento público de obras culturais com temáticas de gênero, austeridades e cortes públicos e seus equívocos, cancelamentos de espetáculos que façam reflexões sobre a atual conjuntura brasileira, sucateamento das universidades públicas com cortes de bolsas para pesquisas, redução de direitos trabalhistas, descaso na proteção ambiental com questionamentos a órgãos competentes que fazem esse controle, suspensão de espetáculos que fomentam discussões sobre racismo, gênero e homofobia. Para Japiassu (2006, p. 33-34), “[...] a loucura se instala quando esses processos de racionalização irracional se convertem em processos que conduzem à morte”.

Horkheimer (2002) diria que, com o tempo, pelas transformações nas formas de se produzir e conceber a vida, seria natural vermos uma criança abraçando um robô e uma inteligência artificial como o ChatGPT⁹ respondendo perguntas de níveis variados e realizando atividades simulando o comportamento humano e isso nem seria questionado. Os meios têm justificado os fins. “O que importa é vivermos a vida e usufruirmos de tudo o que ela pode fornecer-nos de vantagens individuais” (Japiassu, 2006, p. 37).

Está em xeque o sentido histórico, visto que “O homem de hoje tende a recusar os **megarrelatos**¹⁰, as grandes sínteses filosóficas, políticas, ideológicas e religiosas que tanta segurança lhe forneceram [...] uma ética das circunstâncias [...] em relação às normas universais” (Japiassu, 2006, p. 36-37). Desse modo, Adorno e Horkheimer (1985) indicam que a sociedade vive na imediatez do momento e do consumismo imediato e midiático. Essas reflexões sobre a realidade objetiva e subjetiva são influenciadoras das profissões, dos campos do conhecimento, saberes e práticas sociais. A questão central estaria na alienação dos indivíduos.

A razão subjetiva e a educação física como referencial na ordem do conhecimento, mas não da nossa salvação

Para compreendermos melhor estes dois tipos de razão que inevitavelmente estruturam esse diálogo no campo da Educação Física, recorremos a Fensterseifer (2000). Autor clássico desse campo, contribui com o debate sobre o tema da crise da racionalidade moderna considerando a Educação Física. Ao defender que se os sujeitos têm dificuldades em compreender o que é racional, teriam também dificuldades em emitir julgamentos. Contudo, ao emitir julgamentos, fariam-no com base nas emoções, nas paixões e na metafísica. Por isso, para ele, viveríamos “[...] um tempo marcado pelo medo de proposições afirmativas, afinal nossa história é testemunha das barbáries que se cometeram em nome da verdade” (Fensterseifer, 2000, p. 30).

⁹ O programa de inteligência artificial (IA) ChatGPT tem se tornado uma sensação cultural. Foi criado pelo desenvolvedor de ferramenta, Open AI. Este programa cria textos automaticamente com base em instruções escritas. O ChatGPT (Generative Pretrained Transformer) foi desenvolvido com uma técnica chamada Reinforcement Learning From Human Feedback para treinar o modelo de linguagem, tornando-o bastante convencional. Mas, por outro lado, cresce a preocupação com a educação, pelos plágios, inconsistência na redação de artigos científicos, entretenimento e impactos na ciência, entre outros (Thorp, 2023).

¹⁰ Para os pós-estruturalistas, só existem indivíduos que se organizam em grupos sociais. O discurso hoje é que os indivíduos se constroem socialmente e são os indivíduos que escolhem o que querem ser, como se fossem os direcionadores de suas próprias histórias. Contudo, Marx (2011) dirá que o que existiu e existe mesmo é uma macro narrativa, um desenvolvimento histórico da humanidade que culminou no desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sociedade de classe.

Fensterseifer (2000) também discorre que, abandonado o ponto de referência fora da história, que seria Deus, os seres humanos tenderiam a se movimentar numa perspectiva pós-metafísica, ou seja, o homem como elemento constitutivo do próprio homem. O que significa dizer que não haveria mais as grandes narrativas, mas apenas as micronarrativas e a finitude da história. Desse ponto de vista, só haveria lugar para o homem. Amplia-se a racionalidade a partir da convergência entre ciência e filosofias humanas, entre o mundo natural e o mundo teológico, metafísico e sensível. Contudo, Fensterseifer (2000, p. 31) diz que “não se abandona a perspectiva de racionalidade”, se a metafísica, assim como a ciência, for insuficiente para responder algumas questões. Devemos aceitar a razão subjetiva como nosso referencial na ordem do conhecimento, mas não da nossa salvação, sempre redefinindo, criticando e reorientando-a para aprender a pensá-la e prolongá-la por outros modos.

O que Fensterseifer (2000) está a apontar para o campo científico da Educação Física é que tudo que era controlado por Deus e hoje não é mais. Saímos da razão objetiva e entramos na razão subjetiva. Após ultrapassado o paradigma sujeito-objeto, ciência e teologia, caímos em um irracionalismo que vai chegar em uma racionalidade instrumental, “[...] ao mundo social das coisas, ao mundo social das normas, como ao mundo subjetivo das vivências e emoções” (Fensterseifer, 2000, p. 32). A título de exemplo, destacamos as contradições do movimento histórico e epistemológico do debate sobre o objeto de estudo da Educação Física. Quais seriam os constructos mais aceitos nesse campo? O exercício físico, a atividade física, o movimento, a motricidade humana, a corporeidade humana, a corporalidade, a cultura corporal ou outros termos apresentados historicamente pelo campo da educação física? Defendemos a cultura corporal (Soares, *et al.*, 1992) como esse objeto, pois ele tem uma base teórica crítico-dialética e foi operado e defendido com base na cultura, na historicidade, nas experiências anteriores dos seres humanos ligadas ao jogo, à dança, às lutas, aos jogos e brincadeiras, aos esportes e ao lazer.

Defendemos porque concordamos com Fensterseifer (2000) quando comenta que racional é o sujeito ter condições de defender uma ideia, um posicionamento frente a um crítico, porque isso é racional. Quando os sujeitos vão fazer um teste, uma prova oral, uma defesa de dissertação ou uma tese de doutorado, os indivíduos precisam conseguir defender as suas ideias de forma racional e não de forma emocional. Fensterseifer (2000) diz que muitas vezes nós esquecemos os meios, os detalhes, pois o que importa é o fim. Esquecemos de olhar os pequenos detalhes para dar consecução aos fins pretendidos. Quando pensamos na ética, na estética e na moral, muitas vezes não levamos em conta esses detalhes, pois não achamos relevantes esses aspectos em nossas vidas. Organizamos as nossas vidas e as projetamos sem esses fundamentos balizadores da vida. É como se pulássemos essa parte e assim seguíssimos com as nossas vidas corrompendo e sendo corrompido, matando e morrendo. Na esfera da estética, fazemos todo tipo de cirurgia plástica sem necessidade ou submetendo-se, no processo de busca por um corpo ideal, às dietas mirabolantes, métodos não testados cientificamente, entre outros processos invasivos. Do mesmo modo, ao fazermos atividades físicas e exercícios físicos em academias de ginásticas, o treinamento assume o sentido de sacrifício, sofrimento e não de algo culturalmente intrínseco ao prazer de se movimentar porque é histórico, cultural, familiar. Podemos dizer que, no mundo objetivo, falamos do nosso cotidiano, mas, ao mesmo tempo, falamos do mundo social e também do mundo em que nós vivemos que é a subjetividade. Por isso, a linguagem é importante porque a partir da racionalização e internalização de normas e papéis que cada sujeito deve estabelecer no seu cotidiano, ou seja, uma forma de poder viver numa sociedade (Fensterseifer, 2000).

Vimos que, historicamente, há diferentes formas e linguagens de explicar, epistemologicamente, o que vem a ser a educação física e seu estatuto científico. Isso nos leva ao questionamento sobre as bases teóricas que sustentam esse campo. Ou quais seriam os discursos que inter-relacionam as vertentes, tendências, conceitos, correntes desse campo que foram debatidas em congressos, livros, artigos científicos, currículos? Essas vertentes e tendências históricas e diferentes objetos seriam desejáveis? Elas são de que tipo de concepções teóricas? De que tipo de

unidade estamos falando? Que conhecimentos relacionados ao esporte, práticas corporais, atividades físicas, exercícios, ginásticas, lutas, jogos legitimariam os conhecimentos julgados válidos pela sociedade?

Hoje, após o debate travado na década de 1990, 2000, e nos últimos 20 anos, haveria uma estrutura referencial ou um “pai salvador” que indicaria qual deveria ser a melhor corrente a ser seguida? O que está em questão não é o certo ou o errado, mas que não existe uma uniformidade de pensamento, apesar dos vários caminhos percorridos por intelectuais do campo da educação física. Autores que se debruçaram sobre essa história como Bracht (2010), Medina (2007), Soares *et al.* (1992), Silva (1998), Soares (1994, 1998), entre outros tantos, defendem que sempre existiram matrizes teóricas de referência no campo da Educação Física, seja nos subcampos biomédico, pedagógico, cultural, filosófico, psicológico, sociológico, antropológico. Não trataremos desse debate que foi e ainda é travado no campo da Educação Física que acreditamos estar longe de terminar, mas refletiremos no sentido de aproximarmos do debate da razão subjetiva e da razão objetiva e sua legitimidade social.

Lazzarotti Filho (2018) debate que, no campo da Educação Física, há uma disputa pela legitimidade e monopólio do campo e isso tem gerado tensões entre os diversos agentes que o compõem. Assim, como a Educação Física tem lidado com as práticas nas escolas, nos clubes recreativos e esportivos por meio de competições voltadas para manutenção da ordem social e corporal? E como pensar a prática da Educação Física a partir de um viés mais humano e social? A partir de quais referências teóricas?

Embora haja, desde a década de 1990, um movimento renovador no campo da Educação Física, influenciado por teorias advindas dos diversos campos do conhecimento, destacam-se as teorias críticas da educação, teorias da aprendizagem e desenvolvimento humano, teorias sociológicas e antropológicas, que permitem o debate dentro do campo – antes na busca de uma saída para o chamado tecnicismo pedagógico hegemônico, movimentos que ainda foram incipientes, presentes mais em livros e, atualmente, focados na produção de artigos em diferentes periódicos que foram criados no campo (Lazzarotti Filho, 2018). Para Bracht (2000), algumas disciplinas, ou áreas, estão legitimadas no âmbito acadêmico-científico como fornecedoras, em princípio, de um saber básico, através de várias mediações, que podem alavancar o desenvolvimento tecnológico. É o caso da física, biologia, química e a matemática. Contudo, a medicina e a pedagogia/educação foram legitimadas em função de sua prática de intervenção na sociedade.

Por mais que se tenha questionado a prática na graduação, percebemos que a produção acadêmica ainda é hegemônica para o campo biomédico. Para Lazzarotti Filho (2018), o campo científico da Educação Física evidencia a existência de diferentes epistemologias nos cursos de graduação e pós-graduação. Sendo assim, existe uma disputa entre os campos epistemológicos e é preciso evidenciar que essas lutas envolvem interesses pela defesa de diferentes grupos nos modos de entender a razão subjetiva na Educação Física.

A presença de três subáreas no campo científico da Educação Física revela essa luta por poder: a biodinâmica, a sociocultural e a pedagógica. Assim, as duas últimas subáreas dialogam prioritariamente com as ciências humanas e sociais, portanto, teriam uma base epistemológica diferente da subárea da biodinâmica, o que configura a Educação Física como um campo de disputa entre as diferentes epistemologias. Podemos refletir, durante os últimos 20 anos, qual área tem publicado mais artigos científicos? Qual área ou linha de pesquisa abre mais vagas para discentes na pós-graduação? Qual área tem mais doutores? Qual avaliação da pós-graduação implica impactos na estrutura científica nacional? Hoje, a população legitima a Educação Física mais pelo trabalho nas academias de ginástica ou da Educação Física escolar? Por que as áreas sociocultural e pedagógica têm perdido espaço nos programas de mestrado e doutorado?

Para Lazzarotti Filho (2018), há um maior número de publicações na área da biodinâmica. Para ele, após os anos 2000, houve uma migração para a plataforma de editoração. Porém, as

disputas no campo da Educação Física ainda permanecem, pois é um campo de disputa permanente, sendo que cada publicação acaba dando visibilidade e respeito aos seus autores e a sua área. Desse modo, a qualidade da pesquisa é passada por um crivo de especialistas que lhe confere respeito. Este cenário é marcado pela disputa interna do campo no qual o capital científico dos agentes lhe coloca em posição diante da busca pela hegemonia do campo, ao mesmo tempo em que essa hegemonia molda o *habitus* dos agentes envolvidos na disputa (Lazzarotti Filho, 2018). É nesse sentido que Bourdieu nos fala de *habitus*¹¹ e campos¹², e que ambos estão integrados, ou seja, de acordo com o campo em que o indivíduo estiver, é o que esses sujeitos irão aprender.

Assim, quanto mais inseridos e aceitos no campo, os indivíduos vão aprendendo as nuances que este campo tem e fazem seus apontamentos. Portanto, Bourdieu deixa claro a manutenção pela doxa¹³, uma propriedade do campo da biodinâmica que tem possibilitado a reprodução de uma Educação Física pautada por uma perspectiva biomédica. Bracht (2000) aponta um estabelecimento de prioridades, ou seja, se os estudantes da graduação estiverem mais próximos de uma Educação Física voltada para as pesquisas básicas e distante das pesquisas aplicadas, eles poderiam privilegiar certas áreas em detrimento de outras, e disso dependeria todo o enfoque da pesquisa. Embora exista uma luta política na Educação Física, entre licenciatura e bacharelado, toda essa disputa está aberta para alterações, pois tudo é dinâmico e nada é estático, tudo é passível de mudanças, por isso que devemos levar em conta o princípio geral do conceito de discutibilidade (Bracht, 2000). Nesse debate, reside a concepção de razão subjetiva apontada por Horkheimer (2002), em que a estruturação do campo da Educação Física é realizada a partir da historicidade, da moral, de grupos que lutam por poder e da cultura desenvolvida na área, com seus acordos e contradições que envolvem as capacidades inerentes aos sujeitos. Representa o pragmatismo da existência dos grupos e a extinção de outros ou perda de força de legitimação. A busca pelos meios mais adequados considera os fins propostos nos diversos âmbitos da profissão, na academia, no conselho profissional, no mundo do trabalho, na política do Legislativo e Executivo, no Judiciário. Tudo isso é forjado e denominado de razão formal ou instrumental.

¹¹ *Habitus* é um sistema de disposição adquirido pela aprendizagem implícita ou explícita. Sendo assim, o *habitus* é adquirido pela aprendizagem, pela cultura, ou seja, pela repetição. *Habitus* é uma socialização metódica pela qual os agentes passam e internalizam saberes. Nesse aspecto, *habitus* de um campo possibilita aos agentes aumentarem o seu pertencimento a determinado campo e galgar posições maiores nesse campo, o que ocorre por meio de sacrifícios, escolhas e decisões. Assim, quanto mais um indivíduo se tornar um bom professor, pode chegar a coordenador pedagógico, diretor e secretário de Educação etc. Isso porque esse sujeito vai entendendo como funciona e como se manifesta o *habitus* no campo educacional.

¹² Campos são espaços estruturados de posição ou de postos. Assim, temos o campo da educação, da política, artístico, estético e cultural etc., cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisados independentemente das características dos seus ocupantes, em parte determinadas por eles. Campos seriam posicionamentos que os agentes ocupam. Mas o que significa isso? O que são essas posições? Bourdieu (2004) afirma que o campo é um delimitador da sociedade, ou seja, a partir dos interesses e posições dos agentes que disputam determinados objetos, o autor delimita o campo de forma que estes agentes estejam atuando sob regras específicas, claras, a todos que entram nesta disputa. A sociedade é organizada em campo (agrupamentos, status etc.) e dentro dos campos temos a forma de se conviver que seria o *habitus*. Desse modo, quanto mais capital, maior será o poder e o domínio do agente, porém, as formas de obtenção, acumulação e manutenção do capital variam conforme o campo. Assim, o *habitus* do campo pode expressar, em alguma medida, o *habitus* desses agentes. A cultura do agente naquele lugar expressa a forma ou a maneira dele ser (graduação). A estrutura do campo é uma resultante do estado de relação entre agentes e instituições que o compõem. Nesse sentido, quem detém mais capital específico de um campo se coloca numa posição de ortodoxia, ou seja, quer manter a estrutura conforme sua posição, e aqueles que detém menos capital tendem à heresia, querem subverter a ortodoxia. Assim, os indivíduos vão usar a lógica própria do campo para manter ou subverter a ortodoxia.

¹³ Segundo Pinto (2017), doxa é a manutenção da posição de dominância, que possibilita a reprodução da ordem vigente. Esta estrutura tem a ver com o campo, ou seja, os agentes não questionam a situação pela qual vivem, pois sempre foi assim mesmo. Portanto, doxa também é uma condicionante do *habitus*, aquilo que se adquire pela aprendizagem, pela repetição ou pela cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez, estamos numa disputa por hegemonia política, econômica e social que tem como objetivo a manutenção do campo e quem participa dessa disputa contribui para a reprodução do jogo (Bourdieu, 2003). Para esse mesmo autor, quem tem mais capital político se pauta por uma ortodoxia, ou seja, quer manter as regras do jogo do jeito que está e quem tem menos capital político quer mudar as regras do jogo. Esse também é o jogo entre a razão subjetiva e a razão objetiva.

A disputa entre o que vem a ser o objeto de estudo ou estatuto científico da Educação Física deságua na estrutura da disputa entre licenciatura e bacharelado, nas diretrizes curriculares na área, nas intervenções dos profissionais no mundo do trabalho, entre outros espaços sociais. Assim, por mais que se tenha questionado a hegemonia das disciplinas da biodinâmica na graduação, percebemos que a produção acadêmica ainda está mais voltada para a produção biomédica e biodinâmica. Existe uma disputa entre os campos epistemológicos e é preciso evidenciar isso, pois quem tem privilégio, status, consegue publicar mais, ter mais financiamento, estruturar melhor os laboratórios e ganhar mais poder e espaço no campo. Nesse aspecto, quem publica, por que publica, e qual a forma que se publica, revela o *habitus* desses sujeitos no campo da Educação Física desde a graduação e as contradições que permitem afirmar que o campo sociocultural e pedagógico, pelo menos na pós-graduação, está se exaurindo. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) assume a inclusão de critérios qualitativos em suas avaliações dos programas de mestrado e doutorado em Educação Física. O impacto social das ações e pesquisas dos programas tem se tornado fundamental e a pontuação dos docentes, mesmo permanecendo como imposição, passa a ser relativizada quando se exige a publicação de pelo menos cinco artigos de boa qualidade e não mais uma infinidade de pontos.

Para Bracht (2000), o que importa não é se a Educação Física é uma ciência, mas discutir os limites da razão científica para estabelecer as bases da relação desejável dela com a ciência. Mas sabemos que a Educação Física não é uma ciência, mas uma prática social, que deve levar em conta o conhecimento científico. A Educação Física não pode satisfazer critérios epistemológicos que permitam identificá-la como ciência. A quem interessa a Educação Física como ciência? Que tipo de razão estrutura o debate epistemológico? Bracht (2000), mais uma vez, mostra que a Educação Física, por ser uma área mais ampla, tem outras especificidades e ainda se encontra frente a um emaranhado de questões, podendo estar no campo da saúde, no campo do corpo, no campo das linguagens, ou seja, ela se encaixa em várias áreas do conhecimento, do esporte, da saúde, da educação, mas também tem dificultado a pesquisa para os sujeitos que vão pesquisar a respeito da clareza acerca de qual área ela estaria vinculada. Mas, por outro lado, indica que essa talvez seja a beleza da Educação Física, utilizar-se de outras áreas do conhecimento, como a pedagogia, a educação e a medicina, ajudando a contribuir com a sociedade por meio das pesquisas aplicadas, enquanto as pesquisas básicas teriam uma contribuição acadêmica.

Desse modo, podemos dizer que a importância da Educação Física passa por contradições que vão além de seus aspectos objetivos e subjetivos, pois a sua relevância estaria no encontro com as outras áreas do conhecimento como a biologia, a história, a sociologia, a matemática, a física. Com isso, buscamos entender melhor o papel social da Educação Física na sociedade. Aqui, os pesquisadores utilizam os vários aspectos da Educação Física e das subáreas da Educação Física, como a fisiologia, a fisiologia do exercício, a biomecânica, a matemática, a química, para entender não só o uso da creatina no corpo humano, mas também a eficiência do movimento humano, a pedagogia do movimento, a prática pedagógica, a prática terapêutica, os métodos e técnicas do ensino dos temas da cultura corporal nos diferentes espaços de intervenção profissional, como escolas, clubes esportivos, academias de ginástica, praças esportivas, grupos de caminhada, equipes de treinamento esportivo, espaços de lazer, cultura e saúde, tanto no âmbito privado quanto público.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o esclarecimento como mitificação das massas. *In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In: BOURDIEU, Pierre (org.). **Questões de Sociologia***. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119-126.
- BRACHT, Valter. Educação física & ciência: cenas de um casamento (in) feliz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, 2000.
- BRACHT, Valter. A Educação Física brasileira e a crise da década de 1990: entre a solidez e a liquidez. *In: MEDINA, João Paulo Subirá (org.). **A Educação Física cuida do corpo...e “mente”***. 25. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 99-116.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. A Crise da Racionalidade Moderna e a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, v. 22 n. 1, p. 29-38, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução: Paulo Meneses. 7. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: USF, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.
- JAPIASSU, Hilton. A crise da razão no ocidente. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 1, n.1, 2006. DOI: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol1.n1.p27-41>
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourão. 4. ed. Lisboa: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- LAZZAROTTI FILHO, Ari. O periodismo científico da Educação Física brasileira. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 35-50, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p35>
- MARIA, Fábio de; PISSARDO, Carlos Henrique. O Fetichismo na Ciência e a Crise da Razão. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 103-122, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I.** Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo e...“mente”:** bases para a renovação e transformação da educação física. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MOJZESZOWICZ, Albert Felipe. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica: uma releitura.** Maringá: ANPAD, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2004-365.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.

PINTO, Louis. Doxa. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (org.). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 157-158.

SÃO PAULO (estado). Lei nº 17.136, de 30 de julho de 2019. Institui e inclui no Calendário Oficial do Estado o “Dia de Oração pelas Autoridades da Nação”. **Diário Oficial de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2019/lei-17136-30.07.2019.html>. Acesso em: 9 dez. 2022.

SILVA, Rosana Valéria de Souza. As Ciências do Esporte no Brasil nos últimos vinte anos: contribuições da pós-graduação estrito senso. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, Número Especial, set. 1998.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da Educação no Corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

SOARES, Carmem Lúcia *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

THORP, Herbert Holden. O ChatGPT é divertido, mas não é autor. **Ciência**, v.379, n. 6630, p. 313-313, 2023. DOI: [10.1126/science.adg7879](https://doi.org/10.1126/science.adg7879)

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Organização e introdução: H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução: Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

NOTAS DE AUTOR

Agradecimentos

Ao programa de Pós-Graduação em Educação Física – Mestrado Acadêmico – e aos docentes que contribuíram de diferentes formas com a realização do manuscrito.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica



CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Luciana Fiamoncini

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 31.08.2023

Aprovado em: 04.12.2023